



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 27 de maio de 2014
(OR. en)**

Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo sobre a Ucrânia

Bruxelas, 27 de maio de 2014

1. Hoje debatemos a situação na sequência das eleições presidenciais que tiveram lugar a 25 de maio na Ucrânia. Recordamos, e voltamos a confirmar, a nossa declaração de 6 de março e as nossas conclusões de 21 de março. Saudamos a realização das eleições como manifestação da vontade do povo ucraniano. As eleições presidenciais caracterizaram-se por uma grande afluência às urnas e uma clara determinação das autoridades em realizar eleições genuínas, amplamente conformes com os compromissos internacionais e respeitadoras das liberdades fundamentais, apesar das condições de segurança adversas em duas regiões do leste do país. Exortamos todas as partes a aceitarem o resultado das eleições e esperamos poder colaborar estreitamente com o novo Presidente.

2. Continuamos a ser firmes partidários da soberania e integridade territorial da Ucrânia e condenamos veementemente a anexação ilegal da Crimeia e de Sebastopol à Federação da Rússia, anexação essa que não reconheceremos. Reafirmamos a adesão da União Europeia à Declaração Conjunta de Genebra de 17 de abril, e saudamos o papel que a Missão Especial de Observação da OSCE teve ao contribuir para a sua implementação, bem como os esforços até agora empreendidos nesse sentido pelas autoridades da Ucrânia. À luz dos últimos acontecimentos, reiteramos o nosso apelo à Federação da Rússia para que tome medidas para implementar plenamente a Declaração Conjunta de Genebra. Apoiamos também por completo os esforços complementares da OSCE e do seu presidente em exercício, assegurando ao mesmo tempo a apropriação da Ucrânia. Os esforços desenvolvidos por todas as partes deverão ter por meta encontrar uma solução política para a crise, pondo fim à violência e às tensões no leste da Ucrânia, e incluir o desarmamento de todos os grupos armados ilegais e a amnistia para todos os que entreguem voluntariamente as armas e não tenham cometido crimes graves. Registamos, com preocupação, a deterioração da situação dos direitos humanos na Crimeia desde a sua anexação ilegal pela Federação da Rússia.
3. Esperamos que a Federação da Rússia coopere com o recém eleito Presidente legítimo, prossiga a retirada das forças armadas da fronteira ucraniana e use a sua influência sobre os separatistas armados no sentido de desanuviar a situação no leste da Ucrânia. Como prioridade, a Federação da Rússia deverá impedir a passagem de separatistas e de armas para a Ucrânia. Neste contexto e tendo em vista consolidar uma solução política, incentivamos a Federação da Rússia a encetar um diálogo franco e aberto.
4. Exortamos as autoridades da Ucrânia, com base na legitimidade do Presidente recém eleito, a manterem uma atitude de abertura para com a população e a sociedade civil de todas as regiões da Ucrânia, inclusive no quadro de mesas redondas de diálogo nacional. Congratulamo-nos com o Memorando de Paz e Concórdia adotado pelo Parlamento da Ucrânia em 20 de maio. Neste processo, é essencial a condução de reformas rápidas e inclusivas de cariz constitucional e descentralizador, aproveitando as competências pertinentes do Conselho da Europa. É preciso prosseguir os esforços de reforma no que respeita ao aparelho judicial, ao ministério público e ao sector da segurança, bem como no domínio da luta contra a corrupção. A União Europeia está pronta a apoiar esses esforços. Os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais devem ser plenamente garantidos em conformidade com as normas pertinentes do Conselho da Europa.

5. Continuaremos a prestar assistência à Ucrânia para ajudar a estabilizar a situação macroeconómica e realizar reformas económicas estruturais. Para o efeito, a Comissão criou um Grupo de Apoio à Ucrânia específico, a fim de ajudar as autoridades ucranianas a concretizarem uma Agenda Europeia de Reforma conjuntamente acordada, em coordenação com os Estados-Membros, os doadores internacionais e a sociedade civil. Saudamos a criação da plataforma de doadores internacionais liderada pela União Europeia, bem como a intenção de realizar em Bruxelas, antes do verão, uma reunião de coordenação a alto nível. Já foram aplicadas várias medidas, nomeadamente o primeiro desembolso da assistência macrofinanceira, que totaliza agora 1,61 mil milhões de euros, e a assinatura de um contrato de apoio à construção do Estado entre a Comissão Europeia e o Governo da Ucrânia.
6. Reiteramos o nosso empenho em reforçar os contactos interpessoais entre os cidadãos da União Europeia e da Ucrânia, nomeadamente mediante o processo de liberalização de vistos, num ambiente seguro e bem gerido e desde que estejam reunidas todas as condições, em consonância com as condições acordadas no quadro do plano de ação para a liberalização de vistos. A Comissão apresentou um relatório em que recomenda passar à fase 2 do processo de liberalização de vistos, no sentido de conceder a isenção de vistos aos cidadãos da Ucrânia logo que esteja devidamente terminado o processo de liberalização de vistos.
7. Importa que o Governo da Ucrânia melhore o equilíbrio macroeconómico e o clima empresarial e erradique a corrupção. Os parceiros internacionais, incluindo a Federação da Rússia, deverão contribuir para estes esforços de estabilização. Para a estabilização da economia da Ucrânia, é importante chegar a acordo sobre as condições do fornecimento de gás da Federação da Rússia à Ucrânia. Esperamos que as conversações em curso, facilitadas pela União Europeia, sejam concluídas dentro em breve. Reiteramos que têm de ser respeitados os contratos de fornecimento de gás da Rússia à União Europeia.
8. Registamos que estão em curso os trabalhos preparatórios da Comissão e do SEAE sobre eventuais medidas direcionadas e acordamos em continuar os preparativos de possíveis novas medidas nesse sentido, caso os acontecimentos o exijam.